

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FEAUC (1976-1980)¹

Marcos Antônio Mior²,
Solange Aparecida Zotti³
Tiago Pansera⁴
UnC/UNICAMP

RESUMO

O ensino superior em Concórdia tem sua origem no modelo fundacional municipal. A Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense - FEAUC foi criada por lei municipal em 09 de abril de 1976. Da sua origem à Universidade do Contestado – UnC, já passaram-se quase 30 anos de uma história que precisa ser adequadamente sistematizada e analisada. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de criação da FEAUC (1976-1980), em que buscamos entender os motivos e as entidades que influenciaram para a sua criação; a função social que a instituição desempenhou nesse período e o modelo de ensino superior adotado. O estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental. Foram coletados documentos oficiais da criação da FEAUC na secretaria da UnC e em arquivos particulares, bem como buscou-se informações nos jornais da época. A pesquisa contribuirá para compreender o desenvolvimento do ensino superior em Concórdia, através da história da educação e o próprio desenvolvimento do município. Em suma, constatamos que nos primeiros anos de existência a FEAUC trabalhou intensivamente no campo burocrático, adaptando-se às exigências governamentais, constituindo seu patrimônio e ambiente de trabalho, e ajustando seu “relacionamento” com o poder público e privado. No plano estadual, dividia o cenário com outras fundações educacionais isoladas, com abrangência microrregional, as quais, juntas, constituíram o singular modelo de ensino superior fundacional catarinense.

Palavras-chave: educação, história, ensino superior.

ABSTRACT

THE HISTORY OF HIGHER EDUCATION IN CONCÓRDIA CITY: THE PROCESS OF FEAUC CREATION (1976-1980)

The higher education in Concórdia was created as a municipal foundation model. The Educational Foundation of Alto Uruguai Catarinense – FEAUC was founded by municipal law in

¹ Artigo produzido a partir de pesquisa financiada pelo Fundo de Apoio a Pesquisa – FAP/2006 da Universidade do Contestado – UnC, no curso de Bacharelado e Licenciatura em História.

² Acadêmico do curso de graduação em História da Universidade do Contestado – Campus Concórdia.

³ Professora da UnC – Concórdia, Mestre em Educação pela UnC/UNICAMP e doutoranda em História e Filosofia da Educação na UNICAMP.

⁴ Acadêmico do curso de graduação em História da Universidade do Contestado – Campus Concórdia.

April 9th in 1976. From its creation to Contestado University – UnC, have already passed 30 years of history that need to be analyzed and systematic appropriate. In this way, the purpose of this research is to analyze the process of creation of FEAUC (1976-1980), where we try to understand the reasons and the institution that influenced to its creation; the social function that the institution developed in this period and the model of higher education was adopted. The study was developed through bibliographic and documental research. It was collected official documents of FEAUC creation at admissions office of UnC and in particular files, as well as it was found information in newspaper of the time. The research will contribute to comprehend the development of higher education in Concórdia, through history of education and the own development of the city. In short, we noticed that the first years of FEAUC it was worked hard in the bureaucratic field, where it was adopted governmental rules, built its heritage and work environment, and it was adjusted its “relationship” with the public and private power. In a state instance, it divided the space with other isolated educational foundation, with involved the micro region, as well, joined, built the singular model of foundation higher education in Santa Catarina state.

Key-words: education, history, higher education.

INTRODUÇÃO

A Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense - FEAUC surgiu em meados da década de 1970, inserida em um contexto de desenvolvimento regional, modificação das concepções de ensino, ajustes econômicos e mudança na correlação das forças políticas nacionais. Foi, sem dúvida, parte do programa do governo federal de expansão do ensino superior, e possui na sua essência a racionalização provocada pela reforma de 1968.

Com a instituição do regime militar, a interferência no sistema político-educacional tornou-se onipresente no estado brasileiro. As camadas menos abastadas da sociedade, diga-se de passagem, a maioria, foram excluídas da vida política do país. Nas universidades formadoras de opinião, houve várias invasões, com demissões, afastamentos, substituições e, até mesmo prisões dos docentes e discentes. Na Universidade de São Paulo – USP, por exemplo, foi instituída uma verdadeira temporada de caça às bruxas contra portadores de idéias subversivas, críticas ao regime, ou marxistas.

Na década de 1970 o regime militar já sentia alguns sinais de desgaste provenientes da corrupção, endividamento e desmantelamento do estado em prol do desenvolvimento e favorecimento da iniciativa privada. Nesse período podemos destacar as lutas armadas contra o

regime, empreendidas pelos militantes comunistas e pela ação popular; o milagre econômico; e a ilusão de progresso, transpassado pela grande mídia.

No interior de Santa Catarina, desprovido de instituições de ensino superior, havia-se criado a ilusão de que o ensino superior resolveria todos os problemas socioeconômicos. Nesse sentido, surgem, a partir da década de 1970, as primeiras fundações educacionais isoladas do estado, subvencionadas pelo poder público e pelo empresariado local. A instalação dos cursos deveria levar em conta as características de cada região, principalmente a econômica, a fim de servir aos interesses do setor privado. Contudo, nem sempre esse critério foi o principal para a definição dos cursos. No início houve a participação financeira dos municípios na subvenção dos custos institucionais, porém, com o passar do tempo, foi diminuindo, até a sua completa extinção.

Em 09 de abril de 1976, após a comissão de estudos para implantação de ensino superior em Concórdia concluir ser viável a instalação de uma faculdade, foi criada a Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense - FEAUC, pela lei municipal nº. 1.392.

Visto que a UnC não dispõe de uma produção científica que analise e sistematize sua história, desde sua fundação como FEAUC até os dias atuais, propusemo-nos a sistematizá-la. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de criação da FEAUC (1976-1980), em que buscamos entender os motivos e as entidades que influenciaram para a sua criação; a função social que a instituição desempenhou nesse período e o modelo de ensino superior adotado. Frente ao exposto, apresentamos como questão norteadora da pesquisa: Como ocorreu o processo de formação da FEAUC em relação ao desenvolvimento socioeconômico-político do município de Concórdia?

O presente estudo justifica-se pelo fato de que em 2006 a universidade completou três décadas de existência, sem que essa história tenha sido adequadamente sistematizada e analisada. Por isso, a pesquisa contribuirá para ampliar a produção científica, bem como compreender, o desenvolvimento do ensino superior no município, através da história da educação e o próprio desenvolvimento do município.

É indispensável acrescentar também a importância do historiador na sociedade, frente à *tarefa de compreender, analisar e explicar os fatos históricos*. Nesse sentido, esta pesquisa possibilitará a consciência crítica da realidade da instituição na qual somos também sujeitos de sua história e nos construímos historicamente através dela.

Essa proposta é, também, uma tentativa de criar um elo entre o passado, o presente e o futuro, na busca de compreender melhor o caminho a seguir. Isso porque em nenhum momento o historiador pode estar de costas para a atualidade, no sentido de olhar só para o passado. A ele cabe olhar para o tempo, mas a partir do seu tempo. As perguntas que nós fazemos sempre têm uma relação com o presente e o futuro.

O estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental. Foram coletados documentos oficiais da criação da FEAUC na secretaria da UnC e em arquivos particulares, bem como buscou-se informações nos jornais da época.

1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL (1930 A 1970)

Para entender a educação, é necessário compreender o contexto da acumulação capitalista, em que se inserem as políticas educacionais no Brasil. Isso porque se verifica claramente que a esfera econômica é determinante das demais esferas da sociedade, entre elas a educação, no caso deste estudo a educação de nível superior. Ressalta-se ainda que o modelo de organização do capitalismo (mercado) gera grandes transformações no trabalho e, conseqüentemente, nas relações sociais, através da constante renovação do processo produtivo. Nesse contexto, o conhecimento é um fator fundamental para a distribuição e manutenção do poder econômico nacional e mundial. É nesse sentido, que buscamos reconstituir o processo de criação da Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense (FEAUC), através de uma análise da história do ensino superior e sua relação com o contexto socioeconômico-político, partindo do primeiro governo de Getúlio Vargas.

Os anos 1930 presenciaram a queda das oligarquias agrárias mineiras e paulistas, devido às mudanças ocorridas na economia nacional após a crise de 1929. Com a redução drástica do comércio internacional, a industrialização nacional fazia-se urgente e necessária. Com a queda de Washington Luís, Getúlio Vargas subiu ao poder e apresentou o modelo nacional desenvolvimentista, baseado na industrialização e produção de bens não duráveis, produzidos no Brasil (BOGONI, 2002).

Nesse contexto econômico e político, surge a Universidade de São Paulo (1934). A criação da USP esteve diretamente ligada à oligarquia paulista, que derrotada pelas armas, almejou alcançar o poder pela ciência e pelo conhecimento.

Nos anos subseqüentes, com a criação da universidade de Minas Gerais em 1933, o governo federal concede às universidades brasileiras autonomia administrativa, econômica e didática. Qualquer universidade com boa estrutura física, com um bom patrimônio e com três cursos funcionando, poderia expedir diplomas com validade nacional por 15 anos. A universidade do Rio Grande do Sul merece especial atenção, pois foi a primeira do país a desenvolver pesquisa tecnológica. A partir dessa experiência, desenvolveu-se a idéia de uma instituição voltada a outros campos do saber, em que as ciências humanas e exatas tornam-se objetos de investigação do pesquisador (BOGONI, 2002).

A partir de 1946, com a queda de Getúlio Vargas, o país vira palco de disputas político-ideológicas. De um lado, defensores do projeto de desenvolvimento nacional, partidários da escola pública, do fortalecimento industrial e científico do país; de outro os privatistas, ideólogos do ensino mercantilizado, das privatizações maciças e do enfraquecimento do Estado em prol do livre mercado.

O projeto da ala nacionalista previa a educação pública como direito de todos, centralizada nas mãos do Estado. Em contrapartida, os liberais defendiam a idéia de que a mesma deveria respeitar as diferenças regionais e individuais, portanto exigiam a descentralização, além de outorgar a liberação para a iniciativa privada. Devido ao enfraquecimento das partes, e ao impasse político, o projeto acabou arquivado (CUNHA, 1986).

Com o presidente Eurico Dutra (1946-1951), há o abandono da política do capital nacional, instaurando-se a livre iniciativa. Nessa época surgiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenadoria Nacional de Pesquisa (CAPES), que passaram a gerir e determinar as políticas de desenvolvimento da pesquisa no país.

No final da década de 1950 e início de 1960, João Goulart prosseguia com a política populista, inaugurada por Getúlio Vargas. Conforme Ianni (1968, p. 122 apud AMADOR, 2002, p.31) “era uma mescla de empirismo e, inteligência, audácia e manobra”. Goulart não chegou a construir um projeto sistematizado para o desenvolvimento nacional, embora apoiasse as massas.

Em 1961 retorna a discussão para definir um plano educacional para o país. Naquele momento destacavam-se a Igreja Católica e a fragmentada burguesia nacional. A primeira, ultra conservadora e elitista, lutava pela privatização do ensino, a fim de manter seus interesses e privilégios. A burguesia nacional, por sua vez, não possuíam unidade de classe e defendiam diferentes bandeiras e interesses.

No mesmo ano, como parte da política nacional-desenvolvimentista, surge a Universidade de Brasília – UnB, e com ela um novo modelo universitário. “É importante destacar que, na Universidade de Brasília, o departamento ocupa o lugar de cátedra como uma universidade de ensino e pesquisa, com destaque para o desenvolvimento de uma cultura e tecnologia nacionais” (MARTINS, 1989, p.53 *apud* BOGONI, 2002, p. 25).

A partir de 1964, com o golpe de estado, a interferência político-educacional tornou-se presente em todo o sistema educacional brasileiro. O estado adquiriu uma forma autoritária e centralizadora. Os setores populares e seus aliados foram excluídos da política, e seus direitos subjugados pelas forças repressivas do governo. O general Golbery de Couto e Silva expressou bem este desprezo às massas: “[...] o povo [...] não é sujeito da história da nação [...], mas objeto da ação estatal” (QUARTIN DE MORAES, 1987, p. 37 *apud* GERMANO, 1992, p. 56).

Muitas organizações sociais foram desarticuladas. Seguiu-se um período em que nossos artistas e intelectuais foram obrigados a silenciar ou deixar o país. Em contrapartida, incontáveis consultores e técnicos estadunidenses desembarcavam no Brasil como agentes de desenvolvimento, com livre acesso para opinar e definir as mais diversas políticas para o Brasil, entre elas a política educacional.

Entre 1965 e 1967, o país passou por alguns “ajustes” de ordem econômica, a fim de gozar um período de expansão da economia nos anos subsequentes. Foi o chamado Milagre Brasileiro. De 1968 a 1975 o Produto Interno Bruto (PIB) teve uma média anual de crescimento de 9%; a produção de energia elétrica aumento de 38 para 72 bilhões de kwh; as exportações cresceram de U\$\$ 1.855.000, para U\$\$ 12.500.000,00; a produção de 279.000 para 850.000 unidades (GERMANO 1992).

Três grandes princípios guiavam o estado militar: o privatismo, a teoria do capital humano e a ideologia de segurança nacional. O primeiro sugeria que o Estado não deveria interferir nos assuntos econômicos e na regulamentação do mercado. Entretanto, seria de sua responsabilidade auxiliar a iniciativa privada, através de políticas fiscais, assessoramento jurídico, etc. Por sua vez, a teoria do capital humano afirmava que o desenvolvimento seria possível somente com a qualificação técnica da população. Era necessário preparar os operários para as novas necessidades do capital privado. O terceiro, e último, tinha como base a eliminação dos inimigos políticos do regime, em prol da estabilidade política. Toda pessoa, instituição ou movimento

social que fosse crítico, ou contrário às ações do Estado deveriam ser eliminadas ou, pelo menos, silenciadas (GERMANO, 1992).

Nesse período verificam-se algumas ações do governo federal, no sentido de desenvolver a produção agroexportadora. A educação superior, então, adquire um caráter utilitarista, a fim de fornecer quadros especializados e adestrados para as empresas nacionais e multinacionais. As ciências humanas e “reflexivas”, como história, filosofia, ciências sociais, etc. não faziam parte do aparato de ensino. A educação se constitui num mero fornecedor de matéria-prima formada a imagem e semelhança dos interesses do mercado.

O regime militar atuou efetivamente nas instituições de ensino superior. Ocorreram várias invasões a universidades públicas na década de 1960. Somente na Universidade de Brasília (UnB), foram 3 vezes. Isso sem contar, a Universidade de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade da Bahia (UFBA), entre outras. Na Universidade de São Paulo (USP) foi instaurada uma verdadeira caça as bruxas aos defensores de idéias subversivas ou marxistas. Os alunos e professores atingidos eram exilados permanentemente da vida acadêmica brasileira, ou até mesmo do país. Outros perderam a liberdade para continuar seus trabalhos de pesquisa científica, causando a “evasão de cérebros para o exterior”. Em alguns casos, houve prisões e torturas (GERMANO, 1992).

No que diz respeito às organizações estudantis, a ordem do dia era *desmobilizar*. Logo no primeiro ano da ditadura, a União Nacional dos Estudantes (UNE), e as uniões estaduais estudantis (UEES) foram declaradas organizações ilegais. Em seu lugar, o governo criou órgãos de representação estudantil vinculados às suas propostas.

A reação dos estudantes, presente desde o início do regime, intensificou-se a partir de 1966. Em 1967 realizaram mobilizações contra os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC e a USAID⁵, as privatizações do ensino, a perda da liberdade individual, entre outros. “Os estudantes, em geral, protestavam contra a ditadura e contra o imperialismo norte-americano. No campo [...] da educação colocavam na ordem do dia a expansão do ensino superior e a reforma universitária” (GERMANO, 1992, p. 114).

Em 1968, fruto destes acordos, os militares iniciaram a reforma universitária, expressa na Lei nº 5.540/68. Conforme Bogoni (2002), esse modelo educacional faria com que o governo brasileiro assumisse o compromisso de adotar as reformas para o ensino, deliberadas pela

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), denunciando claramente uma manobra político-imperialista.

As reformas apresentavam um cunho de modernização administrativa, formação de recursos humanos, a ampliação do número de matrículas na rede de ensino superior (reduzindo a prática educacional a um fator de produção e a uma questão técnica), o que permitiu a abertura de um novo e lucrativo mercado a ser explorado (BOGONI, 2002). Produz-se, então, a ilusão de que o progresso técnico não só gera novos empregos, como se torna uma garantia de ascensão a um trabalho qualificado e a níveis sociais elevados. Sob esta crença ocorre o controle ideológico, o abandono do professor, o desrespeito do princípio da pluralidade cultural e, por força disso, a pesquisa na universidade agoniza no plano secundário.

A ausência de renovação do conhecimento e a solidificação do tecnicismo na educação tornam as universidades mais eficientes, do ponto de vista técnico, mas restritas do ponto de vista crítico e político. Exatamente como ditava o sistema bonapartista e o contexto ditatorial instaurado. Em outras palavras, recolocaram os grilhões coloniais no pensamento democrático em favor da manutenção da hegemonia burguesa; aleijaram a universidade de sua função na comunidade, a fim de formar massas operárias dóceis, ante a exploração da mão-de-obra e à expropriação de seus direitos!

No fim da década de 1970 a ditadura sentia os sinais de desgaste e corrupção dos 20 anos de governo. O sistema capitalista vivia a crise do petróleo, e a guerra fria estava no seu auge. Além disso, os EUA acabavam de perder a guerra imperialista do Vietnã e Cuba havia feito a revolução comunista há apenas dez anos. No Brasil destacavam-se as lutas armadas contra o regime, empreendidas pelo Partido Comunista e pela Ação Popular; o milagre econômico, o tricampeonato de futebol; e a legitimação das práticas governamentais através da ilusão de progresso, transpassado pelos “latifúndios midiáticos”.

Em SC, o ensino superior, de fato, se fortaleceu com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1960, e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1965. Ambas localizadas no litoral catarinense. Entretanto, isso deixou o interior do estado defasado em relação a presença de instituições de ensino superior. Por essa carência, os municípios organizaram-se e criaram as Instituições de Ensino Superior

⁵ Unites States Agency International Development (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional).

Fundacionais Municipais Comunitárias (IESFMC) que, segundo Gumbowsky (2003), surgem para dar maior contribuição ao desenvolvimento regional.

O ensino superior constituía a solução para todos os problemas socioeconômicos possíveis de imaginar. Isso unia partidos políticos e a aprovação da Lei era um marco decisivo para o desenvolvimento da região, além do status adquirido pela cidade e ou região em que a instituição era criada. Em síntese, o objetivo era a interiorização do ensino superior no Estado como mola propulsora do desenvolvimento, o que era incentivado pelos segmentos mais dinâmicos da sociedade, especialmente os empresários dos diversos ramos da atividade econômica (HAWERROTH, 1999). Então, a teoria do capital humano, um dos pilares das políticas do governo ditatorial, que afirmava a formação de quadros como ponto central para o desenvolvimento, era o discurso que motivou as ações para o desenvolvimento regional no estado de SC.

2 DEMANDA DE CÉREBROS: O ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FEAUC

Podemos afirmar que o Oeste catarinense vivenciou duas “frentes de transformação” no século XX. A primeira foi entre 1900 e 1920. Caracterizou-se pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, tendo como empreendedora a empresa Brazil Railway Company que, após o término da construção recebeu uma concessão de 15 Km de terras de cada lado da ferrovia e instalou a serraria estadunidense Lumber; pela deflagração da Guerra do Contestado; e, pela posterior colonização por riograndenses descendentes de europeus. Conforme Valentini (2003), o primeiro fato alerta para a inserção da região na economia internacional, via empreendimentos do grupo Farquhar. Diga-se de passagem, a Southern Lumber Development and Colonization. O segundo e o terceiro deixaram profundas marcas: após o conflito, os remanescentes da população cabocla foram dispersos, para, em seu lugar, virem migrantes do Rio Grande do Sul. Estes fatos re-configuraram a composição étnico-cultural de parte do estado, e as bases de produção econômica.

A segunda frente de transformação ocorreria somente 40 anos depois, a partir de 1960, impulsionada pela política desenvolvimentista dos governos militares. Ao contrário da anterior, a forma de atuação dos atores sociais envolvidos não foi conflituosa.

Desde o início do regime militar, o governo federal mantinha interesses econômicos na região, identificados no estudo para implantação de uma usina hidrelétrica no rio Uruguai; no potencial para criação e abate de frangos e suínos em escala industrial, para atender a política agroexportadora; no domínio político de representantes dos interesses burgueses, entre outros. Assim, o Oeste catarinense era um terreno “devoluto e fértil”, em termos de oportunidades de aumento da produção industrial e fortalecimento das exportações alimentícias, além de possuir mão-de-obra barata e abundante, e uma base produtiva agrícola consolidada.

Podemos dizer que os principais fatos que caracterizaram essa frente de transformação no município de Concórdia são: a criação do centro de estudos para melhoria genética do rebanho suinícola, através da instalação de uma unidade da Embrapa em 13 de junho de 1975; fundação da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia em 19 de maio de 1967; a fundação da FEAUC em 1976, primeira instituição de ensino superior da região do Alto Uruguai catarinense; a inauguração da rodovia BR-153 no ano de 1977, contando com a presença do presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici; o vultuoso crescimento da empresa Sadia S.A.; e a proximidade dos líderes políticos e grandes empresários da região com o governo federal.

É importante salientar que a ARENA, partido político do governo federal, atuava em várias prefeituras da região. No caso de Concórdia, citam-se os ex-prefeitos Adílio Mutzemberg (1970-1973), Neudy Primo Massolini (1973-1977) e Ivo Frederico Reich (1977-1983), os quais governaram Concórdia nos anos de 1970 e início de 1980.

Ousamos afirmar ainda, que a cidade de Concórdia era uma síntese da ditadura em menores proporções: havia o favorecimento a grande iniciativa privada, em detrimento das condições de vida da massa iletrada; a *maioria* da população era iletrada e trabalhava para manter uma elite intelectualizada e bem abastada; os líderes políticos estavam intimamente ligados às grandes empresas; criou-se um ambiente antiesquerdista; o ensino superior caracterizava-se pela racionalização e utilitarismo; a cidade crescia e se desenvolvia em prol do aumento das exportações agrícolas.

Até a década de 1970 a maioria dos catarinenses, com condições financeiras e escolaridade para frequentar uma instituição de ensino superior, com exceção da região litorânea, partiam para Curitiba, no Paraná, ou para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O principal motivo era a proximidade geográfica das duas capitais em relação a Florianópolis.

Nesse período, o Brasil foi dividido em distritos geo-educacionais, cada um com suas características sociais e econômicas, e importância estratégica para o governo federal. Santa Catarina, sede distrital geo-educacional, também era dividida em subdistritos *geo-educacionais*, “[...] formados por municípios que guardavam entre si unidade de interesse e identidade cultural, política, geográfica, socioeconômica e educacional, objetivando a racionalização e a soma de esforços para expansão e aprimoramento do ensino superior [...]” (HAWERROTH, 1999, p. 43). Estes subdistritos eram geridos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão de representação máxima em assuntos educacionais no estado catarinense.

Ainda, segundo Hawerth (1999), esta divisão “geopolítica” determinava que nenhuma instituição poderia expandir-se além de seus limites distritais, caracterizando um regime de isolamento regional para as faculdades. É importante salientar que esta divisão sub-distrital teve vigência até 1992, quando foi revogada pelo Conselho estadual de Educação. Também coincide com o início dos trabalhos no sentido de criar a Universidade do Contestado - UnC⁶, universidade multicampi com atuação no Oeste catarinense.

A partir de 1970 surgem as primeiras instituições de ensino superior isoladas, as quais são subvencionadas e controladas pelo poder público e privado da microrregião econômica, ou subdistrito educacional.

A instalação do ensino superior deveria levar em conta as características de cada região, principalmente a econômica. Direcionar-se-iam os cursos para as regiões onde melhor se enquadrariam a fim servir aos interesses econômicos do setor privado. Contudo, a criação de cursos seguiu mais critérios relacionados a custos de implantação e manutenção, do que as necessidades comunitárias ou aspirações da clientela, o que correspondia à mesma política em nível nacional.

No ano de 1974 foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACADE, com o objetivo de organizar a expansão do ensino superior no estado de Santa Catarina. De início houve a participação financeira, quase integral, dos municípios na manutenção das instituições, o que, com o passar do tempo, foi diminuindo, até a sua completa extinção. Mesmo sem atuante participação financeira dos municípios nas instituições de ensino superior, estas sofreram interferências constantes do poder local: o ensino superior é considerado espaço de

⁶ Abrange os municípios de Concórdia, Canoinhas, Caçador, Curitiba e Mafra.

poder político, ou seja, as instituições são subordinadas ao poder público municipal (HAWERROTH, 1999).

Na lógica deste movimento estadual ocorreu a criação da FEAUC. As propostas envolvendo uma instituição de ensino superior no município de Concórdia principiaram no início da década de 1970. O poder público municipal e os empresários da região realizaram o primeiro estudo de implantação da faculdade no município em 1972, através da Comissão Especial para Estudo da Implantação de Curso Superior em Concórdia, presidida pelo prefeito municipal Adílio Hilário Mutzenberg. De acordo com um documento do período⁷ que situa a trajetória histórica da FEAUC, dificuldades surgidas na época não permitiram sua concretizar o projeto nesse ano.

Passados quatro anos, em 1976 foi instituída uma nova comissão de estudos para verificar a viabilidade da criação de uma instituição de ensino superior no município e região, criada pelo decreto n. 511/1976, presidida por Armando de Oliveira, futuro diretor superintendente da FEAUC. Após 90 dias de estudos “[...] discutindo vários ângulos da estruturação da faculdade, quer em âmbito municipal, quer em âmbito estadual junto aos técnicos do Ministério da Educação e Cultura [...]” (CONCÓRDIA terá sua faculdade, 1976, p. 11), esta concluiu ser viável a criação de uma fundação educacional de ensino superior no município.

Em um das reuniões públicas realizadas na Igreja Matriz, cogitou-se o nome de Atílio Francisco Xavier Fontana, para batizar a faculdade, porém, Fontana não aceitou (CONCÓRDIA..., 1976, p. 11). Ainda, de acordo com a matéria citada, a administração pública municipal disponibilizou para o ano de 1977 recursos na ordem de CR\$ 600.000,00 “para o início dos trabalhos e estudos legais de seu funcionamento”.

Em 09 de abril de 1976 foi criada a Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense - FEAUC, pela lei municipal n. 1.392/76, a qual previa repasse financeiro à instituição, especificado no artigo 3º:

Para fazer face às despesas contraídas [...] a municipalidade concorrerá no corrente exercício, com a importância de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), que ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária: 3210.002106 – Fundação do Ensino Superior. Nos exercícios seguintes, o Executivo fará

⁷ Este documento, uma espécie de discurso, datilografado, não possui título, data e autoria e é oriundo do acervo particular da Senhora Dita Snell de Oliveira, esposa de Armando de Oliveira, um dos idealizadores e Primeiro diretor da FEAUC. É provável que seja uma fala proferida em algum evento que reuniu a comunidade, pois o documento começa destacando a “expressiva representação da comunidade [...]”. Provavelmente a data do documento é pós o ano de 1980, pois o mesmo traz dados de 31/12/1979 no texto. Com a continuidade das pesquisas pretendemos esclarecer essa fonte.

constar em seus orçamentos a importância de 3% (três por cento) do total da receita prevista, os quais serão destinados às obras e manutenção da referida instituição (CONCÓRDIA, 1976, p. 1).

Logo após a publicação do decreto de criação, no dia 12 de abril de 1976, a prefeitura realizou a doação de 228.000 m² de terra para a construção da sede da FEAUC, localizada em Linha São José e local da atual sede da Universidade do Contestado.

A primeira sede da FEAUC foi o prédio do antigo Colégio São José, localizado à rua Lauro Müller, no centro de Concórdia, através de um contrato de comodato com a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. Para ocupar a referida área, a FEAUC ficou responsável pelo curso normal de 2º grau. De acordo com o Diário Oficial de Santa Catarina n. 10.574, de 22/09/1976, enquanto não existisse outro curso normal de 2º grau, a fundação deveria mantê-lo por um período de três anos. Os salários dos funcionários que trabalhavam no curso secundarista eram subsidiados pelo governo estadual.

Em 1977 a empresa Sadia doou equipamentos no valor de CR\$ 400.000,00, para o início das atividades. Foi uma atitude louvável para uma empresa privada. Porém, não esqueçamos que ela seria beneficiada diretamente com a mão-de-obra formada na instituição.

No mesmo ano, o decreto nº 80.553, de 11 de outubro de 1977, assinado pelo presidente Ernesto Geisel, foi publicado no O Jornal, autorizou o funcionamento dos cursos de biologia e enfermagem, conforme o trecho a seguir:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia, com habilitação em Obstetrícia e de Ciências, com habilitação em Biologia, licenciatura plena, do Centro Integrado de Ensino de Concórdia, mantido pela Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense, com sede na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina (CURSO Superior..., 1977, p.3).

Essa matéria, sob o título “ENSINO SUPERIOR: uma conquista de Concórdia e da Micro-Região”, bem evidencia a importância e marco que foi a entalção dos primeiros cursos superiores em Concórdia. Ressalta a matéria que “talvez a etapa que doravante tenhamos que vencer seja a mais difícil e, para isso, aqueles que estão à testa da Direção da FEAUC precisarão de todo o apoio das comunidades Concondienses e do Alto Uruguai” (CURSO Superior...,1977, p. 3). De fato, os desafios estavam postos, sendo que nos primeiros anos a instituição trabalhou

exclusivamente na organização dos cursos, a fim de provê-los das condições necessárias para seu funcionamento e consolidação. O primeiro vestibular foi realizado em 1978, tendo 298 inscritos.

Nos primeiros anos de vida a FEAUC trabalhou intensivamente no campo burocrático, adaptando-se às exigências governamentais, constituindo seu patrimônio e ambiente de trabalho, e ajustando seu “relacionamento” com o poder público e privado. No plano estadual, dividia o cenário com outras fundações educacionais isoladas, com abrangência microrregional, as quais, juntas, construiriam o singular modelo de ensino superior fundacional catarinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação e desenvolvimento da Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense – FEAUC foi conduzido a partir dos interesses políticos e econômicos que norteavam a elite concordiense.

A partir de meados da década de 1960, o município de Concórdia/SC adquire projeção nacional, devido, principalmente, a três fatos: era a maior e mais importante cidade da área geopolítica conhecida como microrregião do Alto Uruguai Catarinense, a qual se caracterizava pela unidade cultural e predominância da agricultura como atividade econômica; encaixava-se na política econômica federal, por apresentar potencial industrial para criação de aves e suínos destinados à exportação, além de mão-de-obra farta barata e disposta a vender sua força de trabalho por baixos salários; a iniciativa privada, em franco desenvolvimento, necessitava de apoio político e econômico do governo federal, portanto recebeu os militares de braços abertos.

Nesse período o Brasil vivenciava a disseminação das instituições de ensino superior como forma de resolver todos os problemas socioeconômicos. No estado de Santa Catarina a criação das instituições fundacionais municipais comunitárias caracterizou bem essa nova política de massificação do ensino. No ano de 1974 foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE, com o objetivo de normatizar e organizar a expansão do ensino superior no estado.

Neste contexto e por estes motivos também foi criada a FEAUC, em 1976, através da lei municipal 1.392/76. Sem dúvida foi um marco fundamental para o desenvolvimento da região e da educação de modo geral. A formação e qualificação dos profissionais era uma necessidade sentida, tanto pelas empresas que se instalavam, bem como pela população que almejava o acesso

ao ensino superior, como meio de melhoria das condições de vida. Em síntese, durante os primeiros anos de vida a FEAUC ocupou-se com o ajustamento jurídico e burocrático, dividindo o cenário com outras instituições de ensino privadas no estado.

Este artigo, produto inicial da pesquisa que objetiva a construção da história da FEAUC/UnC, sem dúvida provocou-nos muito mais perguntas do que propriamente resposta. São estas perguntas que nos instigam a continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e legislação educacional no Brasil (1946-1996)**. Concórdia: Universidade do Contestado, 2002.
- BOGONI, Rosa Tereza Hentz. **Universidade e Estado: os estratégicos limites da pesquisa**. Caçador: Universidade do Contestado, 2002.
- CONCÓRDIA. Prefeitura Municipal de Concórdia. **Lei n. 1.392** – Cria a Fundação Educacional do Auto Uruguai Catarinense, aprova o estatuto da referida fundação e dá outras atribuições.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURSO Superior: uma conquista de Concórdia e da Micro-Região. **O Jornal**, Concórdia, 15 a 30 out. 1977. p. 3.
- GENTILI, Pablo (org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- GUMBOWSKY, Argos. **Impactos e mudanças da avaliação institucional nas condições de produção do ensino de graduação**. Porto Alegre: UFRS, 2003. (Tese de Doutorado).
- HAWERROTH, Jolmar Luis. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense**. Florianópolis: Insular, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- PAZETO, Antônio Elizio. **Projeto universitário brasileiro: a necessidade de uma rediscussão**. Rio de Janeiro: 1995. (Tese de Doutorado).
- SAVIANI, Demerval. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1987.